

Expediente nº 20.27.0093.0000007/2026-91

Parecer Jurídico (920339)

Data do Movimento: 06/03/2026 11:14:38
Criador: Morgana Boto Menezes
Resumo: PARECER JURÍDICO - ANÁLISE EDITAL

? PARECER JURÍDICO Nº 024/2026

? GED Nº: 20.27.0093.0000007/2026-91

? INTERESSADO: Divisão de Material

? Procedimento Administrativo – Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2026

Assunto: Análise Preliminar do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2026

**DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E
CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. SOLUÇÃO DE**

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021, RESOLUÇÃO Nº 283, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024, CNMP E O MANUAL DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA CONTRATAÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO - MOTec. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DAS MINUTAS.

1. RELATÓRIO

Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade a aquisição de fitas de gravação de dados padrão LTO 6 Ultrium e etiquetas de identificação com código de barras para o sistema de backup do Ministério Público do Estado de Sergipe, mediante licitação pública, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, processado sob o Sistema de Registro de Preços, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Para instrução do processo administrativo foram anexados aos autos, em resumo, os seguintes documentos:

- a) Pedido de contratação, formulado pelo Coordenador da Divisão de Infraestrutura - DTIC (fls. 02);
- b) Documento de Formalização da Demanda (fls. 02 a 04, do GED 20.27.0093.0000006/2026-21);
- c) Estudo Técnico Preliminar – ETP (fls. 19 a 33, GED 20.27.0093.0000006/2026-21);
- d) Mapa de Gerenciamento de Riscos (fls. 35 a 49, do GED 20.27.0093.0000006/2026-21);
- e) Autorização para abertura do procedimento licitatório (fls. 68);
- f) Pesquisa de Preços de Mercado (fls. 40 a 46), Banco de Preços (fls. 23 a 28) e Planilha de Formação

de Preços (fls. 20 e 21);

g) Minuta do Edital e Termo de Referência (fls. 109 a 159);

h) Minuta da Ata de Registro de Preços (fls. 162 a 173);

i) Minuta do Contrato (fls. 175 a 188);

j) Cópia da portaria de designação de Agentes de Contratação, Pregoeiros e Equipe de Apoio (fls. 190 a 192).

É a síntese do procedimento.

2. DA ANÁLISE PELA ASSESSORIA JURÍDICA

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Ademais, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

3. DA IDENTIFICAÇÃO, DELIMITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO COMO SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Consoante se observa do Ofício, constantes de fls. 02, elaborado pelo Coordenador da Divisão de Infraestrutura – DTIC, tal aquisição se enquadra como uma Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC. Logo, a pretendida contratação é disciplinada atualmente pelo MOTec e pela Resolução nº 283, de 05 de fevereiro de 2024, CNMP, tendo em vista a disposição de seu art. 3º, que determina que:

Art. 3º Para fins desta Resolução, considera-se Solução de Tecnologia da Informação o conjunto de bens ou serviços de TI, que se integram para apoio a processos de negócio e que seja gerido, no todo ou em parte, por área de TI da Instituição.

4. DO PLANEJAMENTO DA SOLUÇÃO

O art. 6º, da Resolução nº 283, preconiza que:

Art. 6º As contratações de soluções de TI terão as seguintes etapas:

- I - planejamento da Solução;**
- II - seleção do Fornecedor; e**
- III - gestão do Contrato.**

Parágrafo único. As atividades de gerenciamento de riscos devem ser realizadas durante todas as etapas do processo de contratação, observando o disposto no art. 45 desta Resolução.

Assim, o art. 8º dispõe que:

Art. 8º A etapa de Planejamento da Solução compreende, no mínimo, a:

- I - instituição da Equipe de Planejamento da Solução;**
- II - elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP); e**
- III - elaboração do Termo de Referência (TR).**

Parágrafo único. A etapa de Planejamento da Solução encerra-se após conclusão dos itens dispostos nos incisos I, II e III deste artigo, com o encaminhamento da documentação elaborada à autoridade máxima da área responsável pela condução desta etapa.

4.1. Da instituição da equipe de planejamento da solução

O art. 9º determina que:

Art. 9º A Equipe de Planejamento da Solução será constituída por, no mínimo, um:

- I - Integrante Requisitante: representante da Área Requisitante;**
- II - Integrante Técnico: representante da Área de TI; e**
- III - Integrante Administrativo: representante da Área Administrativa.**

§ 1º As responsabilidades dos integrantes da Equipe de Planejamento serão definidas no MOTec.

§ 2º Os integrantes da Equipe de Planejamento serão designados por ato formal nos autos do processo de contratação, dentre os quais será indicado o líder, que, preferencialmente, será o Integrante Requisitante.

§ 3º Os integrantes designados para compor a Equipe de Planejamento devem ter ciência expressa das suas indicações e das suas respectivas atribuições.

§ 4º As atribuições dos integrantes da Equipe de Planejamento não poderão ser acumuladas pelo mesmo servidor, salvo, em casos excepcionais, quanto aos encargos de Requisitante e de Técnico, mediante justificativa fundamentada nos autos.

§ 5º A indicação e a designação da autoridade máxima da área de TI para integrar a Equipe de Planejamento somente poderá ocorrer mediante justificativa fundamentada nos autos.

§ 6º O Integrante Técnico somente poderá ser designado líder de Equipe de Planejamento nas contratações demandadas pela área de TI, ressalvadas razões técnicas por ela definidas ou de ordem pública.

§ 7º A Instituição da Equipe de Planejamento poderá ser dispensada nas contratações diretas com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Na espécie, observa-se que consta do Termo de Referência a Equipe de Planejamento da Contratação, formada por integrante requisitante, integrante técnico e integrante administrativo.

4.2. Do Estudo Técnico Preliminar – ETP

Nos termos dos art. 10 a 16:

Art. 10. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) compreende, no mínimo, os elementos contidos no § 1º do art. 18 e no art. 44 da Lei nº 14.133/2021, considerando-se:

I - para o levantamento de mercado:

- a) a disponibilidade de solução similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública;**
- b) a capacidade e as alternativas do mercado, inclusive a existência de software livre ou software público, podendo abranger testes de avaliação de soluções;**
- c) os diferentes modelos de prestação de serviço;**
- d) a possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço;**
- e) a ampliação ou a substituição da solução implantada, demonstrando-se a vantajosidade da escolha;**
- f) a observância, em especial quando definidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de políticas, premissas, especificações técnicas e padrões governamentais aplicáveis, incluindo a adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais desde a fase de concepção do produto ou do serviço até a sua execução; e**

g) o orçamento estimado de investimento e custeio.

II - para a estimativa do valor da contratação:

a) a comparação de custos totais de propriedade (Total Cost Ownership -

TCO) por meio da obtenção dos custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços de cada solução, a exemplo dos valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia, manutenção.

III - para as providências a serem adotadas pela Administração:

a) a avaliação das necessidades de adequação do ambiente da Instituição ou entidade para viabilizar a execução contratual, abrangendo, no que couber, a infraestrutura tecnológica e elétrica, a logística, o espaço físico, o mobiliário e outras que se aplicarem; e

b) a avaliação dos recursos humanos necessários à implantação e à manutenção da Solução de TI, bem como às atividades de gestão fiscalização do contrato, inclusive quanto à disponibilidade de tempo para aplicação das listas de verificação e roteiros de testes.

Art. 11. A elaboração do ETP fica dispensada quando se tratar de:

I - contratação direta por dispensa de licitação, nos casos previstos nos incisos II, III, VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;

II - contratação de licitante remanescente, nos termos do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021;

III - licitação para:

a) compra cujo valor se enquadre no limite do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;

b) contratação de serviços cujo valor se enquadre nos limites do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;

c) soluções submetidas a processos de padronização de que trata o art. 43 da Lei nº 14.133/2021.

IV - prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

Parágrafo único. Nas hipóteses de dispensa de elaboração do ETP a que se refere o inciso III deste artigo, deverão constar no planejamento da contratação os elementos da Instrução do Processo Licitatório contidos no § 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 12. A elaboração do ETP fica facultada, mediante justificativa:

I - nas hipóteses em que a pluralidade de soluções existentes no mercado não sofra alteração e seja possível a utilização do ETP de procedimentos anteriores, ficando condicionada à demonstração de que a solução adotada no instrumento de planejamento anterior mantém-se como a mais

vantajosa à Administração; e

II - nas hipóteses em que haja somente uma única solução passível de contratação, demandando ato devidamente motivado.

§ 1º A justificativa a que se refere o inciso I deste artigo deverá avaliar a existência de novas soluções no mercado, e, se constatadas, será necessária a realização de ETP para fins de análise dessas novas alternativas em comparação com as outras já estudadas.

§ 2º Nas hipóteses em que for facultada a elaboração do ETP, deverão constar no planejamento da contratação os elementos da Instrução do Processo Licitatório contidos no § 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 13. O ETP de outro órgão público poderá ser utilizado como subsídio, no que couber, caso seja identificada contratação similar à pretendida, devendo ser revisto o gerenciamento de riscos quando a natureza do objeto o exigir, observado o MOTec.

Art. 14. O ETP poderá ser elaborado em conjunto com o órgão gerenciador da contratação quando a Instituição for copartícipe de procedimento licitatório ou da contratação direta, se for o caso.

Art. 15. A participação ou a adesão a Ata de Registro de Preços será permitida quando comprovada a compatibilidade dos ETPs e outros documentos de planejamento

da contratação do órgão interessado com o TR do órgão gerenciador, facultada a solicitação de informações adicionais.

Art. 16. O ETP será assinado pelos integrantes da Equipe de Planejamento da Solução, que somente dará continuidade ao processo se for concluído que a contratação é adequada e viável, conforme previsto no inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Caso seja constatada a inviabilidade, o processo de contratação será interrompido e encaminhado à autoridade máxima da área requisitante e à de TI para ciência.

In casu, considerando que a presente contratação não se enquadra nas hipóteses de dispensa elencadas no art. 11, o Estudo Técnico Preliminar se faz obrigatório. Desta forma, analisando o ETP, constante de fls. 19 a 33, GED 20.27.0093.0000006/2026-21, infere-se que o mesmo atende aos requisitos do art. 10, bem como aos definidos na Resolução nº 283, de 05 de fevereiro de 2024, CNMP. Contudo, quanto ao conteúdo técnico, ressaltamos que o mesmo extrapola o escopo de análise desta Assessoria Jurídica.

4.3. Da elaboração do termo de referência

No tocante a elaboração do termo de referência, o art. 17 dispõe que:

Art. 17. O Termo de Referência (TR) deverá conter, no mínimo, os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º e nos arts. 16, 40, 41, 42, 43 e 47 da Lei nº 14.133/2021, considerando-se:

I - especificar, a partir do ETP e quando aplicáveis, os seguintes requisitos:

- a) de negócio, que independem de características tecnológicas e que definem as necessidades e os aspectos funcionais da Solução de TI;**
- b) de capacitação, que definem a necessidade de treinamento, de carga horária e de materiais didáticos;**
- c) legais, que definem as normas com as quais a Solução de TI deve estar em conformidade;**
- d) de manutenção, que independem de configuração tecnológica e que definem a necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa;**
- e) temporais, que definem datas de entrega da Solução de TI;**
- f) de segurança e privacidade, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), que definem os controles a serem observados, por padrão e desde a concepção, para salvaguardar a segurança da informação e os dados pessoais;**
- g) sociais, ambientais, culturais e de sustentabilidade, que definem requisitos que a Solução de TI deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros;**
- h) de arquitetura tecnológica, composta de hardware, software, padrões de interoperabilidade, linguagens de programação, interface, dentre outros;**
- i) de projeto e implementação, que estabelecem o processo de desenvolvimento da solução, técnicas, métodos, forma de gestão e documentação, dentre outros;**
- j) de implantação, que definem o processo de disponibilização da solução em ambiente de produção, dentre outros;**
- k) de garantia e manutenção tecnológica, que inclui o processo de interação entre as partes envolvidas;**

l) de capacitação técnica, que definem a necessidade de treinamento técnico para a equipe de TI sustentar a solução implantada, o ambiente tecnológico dos treinamentos a serem ministrados, os perfis dos instrutores, dentre outros;

m) de experiência profissional da equipe que projetará, implementará e implantará a Solução de TI, que definem os perfis profissionais exigidos e as respectivas formas de comprovação dessa experiência, dentre outros;

n) de formação da equipe que projetará, implementará e implantará a Solução de TI, que definem cursos acadêmicos e técnicos, formas de comprovação dessa formação, dentre outros;

o) de metodologia de trabalho;

p) de segurança dos ativos de TI;

q) de previsão da exigência para realização de Prova de Conceito com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;

r) de adequação dos índices de reajuste, nas repactuações; e

s) de margens de preferência na licitação, consoante normativos vigentes.

II - quando aplicável, além dos critérios utilizados para a contratação de bens e serviços comuns, especificar a modalidade de remuneração a ser adotada:

a) por pontos de função complementado por horas de serviço técnico;

b) com pagamento fixo por sprint executado;

c) por alocação de profissionais de TI, com pagamento vinculado a resultados;

d) baseada em valor fixo mensal por sistema sustentado;

e) baseada em valor fixo mensal, com pagamento vinculado a resultados; ou

f) baseada em valor fixo mensal por alocação de profissionais de TI, com pagamento vinculado a resultados.

III - avaliar a viabilidade de:

a) realizar o parcelamento da Solução de TI a ser contratada em tantos itens quanto se comprovarem tecnicamente viáveis e economicamente vantajosos;

b) permitir consórcio ou subcontratação da Solução de TI, observado o disposto nos arts. 15 e 122 da Lei nº 14.133/2021, justificando-se a decisão.

§ 1º É permitida a fixação da remuneração dos funcionários da contratada quando adotada a métrica homem-hora ou equivalente para aferição de esforço, desde que devidamente justificada e sempre vinculada à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos.

§ 2º É permitida a fixação da remuneração dos funcionários da contratada quando adotada a contratação por alocação de profissionais de TI, desde que devidamente justificada e mediante comprovação obrigatória de resultados compatíveis com o posto previamente definido.

§ 3º As orientações sobre o uso das modalidades de remuneração serão previstas no MOTec.

Art. 18. A etapa de Elaboração do Termo de Referência (TR) fica dispensada:

I - quando a Instituição for copartícipe de procedimento licitatório;

II - na hipótese do inciso III do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;

III - nas adesões a Atas de Registro de Preços; e

IV - nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

Parágrafo único. Nas adesões a Atas de Registro de Preços, o procedimento de contratação deverá conter, no mínimo, informação acerca do quantitativo demandado e do local de entrega do bem ou da prestação do serviço.

Art. 19. É vedado:

I - indicar pessoas para compor o quadro funcional da contratada;

II - demandar a execução de serviços ou tarefas que escapem ao escopo do objeto da contratação, mesmo que haja assentimento do preposto ou da própria contratada;

III - reembolsar despesas com transporte, hospedagem e outros custos operacionais, que devem ser de exclusiva responsabilidade da contratada;

IV - prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna dos fornecedores;

V - prever, como critério de habilitação, apresentação de comprovação de credenciamento junto ao fabricante da solução; e,

VI - estabelecer mais de uma Solução de TI em um único contrato.

Art. 20. O TR será assinado pela Equipe de Planejamento da Solução e o processo será encaminhado à autoridade administrativa competente para dar encaminhamento à contratação.

Assim, analisando o Termo de Referência constante dos autos, infere-se que o mesmo atende ao preconizado nos artigos supramencionados. Contudo, quanto ao conteúdo técnico, ressaltamos que o mesmo extrapola o escopo de análise desta Assessoria Jurídica.

5. DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Nos termos do artigo 18 da NLLC, a fase preparatória é marcada pelo planejamento, devendo conter, entre outros elementos: a descrição da necessidade da contratação, alinhada ao plano anual de contratações; a definição do objeto para o atendimento da necessidade; a definição das condições de execução e pagamento e das garantias exigidas; o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação; a elaboração do edital de licitação; a minuta do contrato, quando for o caso; e a análise de riscos e adequação orçamentária.

No que pertine ao DFD, restou consignada a necessidade da contratação, conforme a seguir transcrito:

“Trata-se de solicitação de abertura de processo licitatório com registro de preços com vistas à eventual aquisição de fitas de gravação de dados padrão LTO 6 Ultrium e etiquetas de identificação com código de barras para o sistema de backup do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Essa contratação objetiva à necessária renovação, recomposição e ampliação de fitas magnéticas para backup de dados para garantir a continuidade do armazenamento e processamento de cópias de segurança e restauração de dados no MPSE, promovendo o atendimento das necessidades de segurança da informação.”

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

O registro de preços, previsto no artigo 78, inciso IV da Lei nº 14.133/21, é uma modalidade de cotação em que existe a possibilidade de se gerar uma contratação posteriormente. Deste modo, ele é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e

também de aquisição de bens, para contratações em editais abertos e em contratações futuras.

De acordo com o jurista Marçal Justen Filho, “o SRP consiste em um contrato normativo, resultante de um procedimento licitatório específico. Estabelece regras vinculantes para a Administração Pública e um particular relativamente a contratações futuras, em condições predeterminadas”.

Ainda mais: “não é gerada obrigação de contratar, mas o Poder Público está vinculado pelos termos do resultado da licitação e deve respeitar as condições ali previstas e assume uma pluralidade de obrigações.”

De forma a trazer mais agilidade para a contratação e evitar a formação de estoque, prática danosa para a administração pública, o SRP tem como objetivo tornar possíveis contratações simultâneas ou sucessivas, sem a necessidade da realização de procedimentos individuais para cada item. Isto é especialmente importante no caso de itens perecíveis e com prazos de validade curtos.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 82:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

d) por outros motivos justificados no processo;

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo

previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;

VI - as condições para alteração de preços registrados;

VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

(...)

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;

II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;

III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;

IV - atualização periódica dos preços registrados;

V - definição do período de validade do registro de preços;

VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

No âmbito do Estado de Sergipe o Decreto Estadual nº 342/2023 preconiza o seguinte:

Art. 182. O Sistema de Registro de Preços (SRP) deve ser adotado, preferencialmente, em uma das seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes com maior celeridade e transparência;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a compra de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.

Dito isso, observamos que a justificativa apresentada para a realização do registro de preços, constante no Termo de Referência, item 13: *“Necessidade de contratações permanentes ou frequentes devido às características do objeto.”*

Registramos, ainda, que consta do item 4.1, da Ata de Registro de Preços *“O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços oriunda desta licitação é de 12 meses, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Ministério Público de Sergipe, podendo ser prorrogado por igual período”.*

Consta, ainda, do item 11.9, do Edital que *“Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação”.*

7. DA MINUTA DO EDITAL

Conforme já informado, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Definiu-se como modalidade o pregão eletrônico, com critério de julgamento do menor preço, o que se mostra juridicamente adequado, visto que o objeto se enquadra como bem comum, nos termos do art. 6º, XIII e XLI, da NLLC.

Diante do apresentado, infere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com observância ao determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021.

8. DA MINUTA DO CONTRATO

Quanto a minuta do contrato, o artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias ao instrumento, senão vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

Portanto, a minuta apresentada encontra-se munida das cláusulas mínimas prescritas na Lei nº 14.133/2021.

9. DA PUBLICIDADE DO EDITAL E DO TERMO DE CONTRATO

Conforme os arts. 54 e 94 da NLLC, é obrigatória a disponibilização do inteiro teor do edital, seus anexos e do futuro contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Ressalte-se que, após a homologação, também deverão ser inseridos no PNCP eventuais documentos

da fase preparatória não anexados ao edital, em cumprimento ao art. 54, §3º, da NLLC.

10. CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que a instrução processual atende, em linhas gerais, aos comandos da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual opina-se pelo prosseguimento do procedimento licitatório.

S.M.J.

É o parecer.

Aracaju-SE, 06 de março de 2026.

Morgana Boto Menezes

Assessoria Jurídica/PGJ-SE

Movimento assinado eletronicamente por **Morgana Boto Menezes**, em **06/03/2026 11:14:38**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2016.